



Correição Ordinária - Corregedoria

Nº CNJ : 0100062-55.2020.4.02.0000 (2020.00.00.100062-9)

RELATOR : Desembargador Federal LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

CORRIGENTE : EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO  
FILHO - CORREGEDOR REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CORRIGIDO : JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU - RJ

ORIGEM : ()

### DECISÃO

Trata-se de complementação presencial da correição ordinária que havia ocorrido de forma exclusivamente virtual na 03ª Vara Federal de Nova Iguaçu, tendo em vista o disposto na portaria nº TRF2-PTC-2020/00439, de 19 de outubro de 2020, e no art. 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR), no sentido de que as correições ordinárias serão presenciais em ao menos um dos dias destinados aos trabalhos, ainda que o acervo de processos seja inteiramente eletrônico.

A referida complementação, realizada no período de 02 a 03/12/2020, teve por fim “*aferir a regularidade das rotinas e da organização das secretarias e, sobretudo, os livros obrigatórios, a guarda e depósito de bens, mídias e documentos digitalizados, apreendidos ou acautelados em Juízo, processos físicos, se houver, e as condições de infraestrutura e de informática, para atender ao público, servidores e magistrados*” (art. 46 da CNCR).

Foram cientificados o Ministério Público Federal (TRF2-OFI-2019/14229 e TRF2-OFI-2020/14387), a Advocacia Geral da União da Segunda Região (TRF2-OFI-2019/14222 e TRF2-OFI-2020/14385), a Defensoria Pública da União (TRF2-OFI-2019/14207 e TRF2-OFI-2020/14377), a Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região (TRF2-OFI-2019/14199 e TRF2-OFI-2020/14378), a Ordem dos Advogados do Brasil (TRF2-OFI-2019/14216 e TRF2-OFI-2020/14384) e a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (TRF2-OFI-2019/14112 e TRF2-OFI-2020/14375).

Segundo a Portaria PRRJ Nº 823 de 23 de novembro de 2020, a Procuradora da República Dr.<sup>a</sup> Ludmila Fernandes da S. Ribeiro foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição. Registre-se que a referida Procuradora da República compareceu à correição no dia 03/12/2020, colocando-se à disposição da equipe para análise de processos sensíveis ou de atuação do MPF na qualidade de *custus legis*, e acompanhou os trabalhos presenciais complementares junto à 3ª Vara Federal de Nova Iguaçu. Foi solicitado pela Dra. Ludmila Fernandes da Silva Ribeiro que se consignasse nos relatórios das complementações das correições virtuais a excelência das instalações físicas das unidades correccionadas. Destacou, ainda, que as unidades estavam com as janelas abertas e com distanciamento entre os servidores presentes, respeitando assim as medidas sanitárias determinadas para o período de pandemia de Covid-19.

Não houve designação de representantes da AGU, DPU, PFN, OAB ou da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais.

O relatório que subsidia a presente decisão foi elaborado com base na verificação da unidade *in loco*, bem como nos mapas estatísticos e nas informações adicionais que se fizeram necessárias, extraídos dos sistemas de acompanhamento processual da Justiça Federal (Apolo e e-Proc), do Painel de Indicadores e do Portal de Estatísticas da 2ª Região pelos servidores da Corregedoria.

Na Correição ordinária virtual, realizada de 03 a 07/08/2020, o Conselho de Administração deste



Tribunal (processo nº 0100062-55.2020.4.02.0000) referendou a decisão que concluiu pela regularidade da 03ª Vara Federal de Nova Iguaçu, formulando as recomendações a seguir:

- Primeira recomendação: “Manter a estratégia de gestão e rotinas de trabalho até então utilizadas em 2020, relativamente às Metas 1 e 5/CNJ de 2019, tomando as cautelas necessárias ao seu cumprimento.”.

- Segunda recomendação: “Verificar se é hipótese de segredo de justiça nos processos indicados no item 10.”.

- Terceira recomendação: “Determinar a destinação do bem acautelado no processo nº 0051261-89.2018.4.02.5170, nos termos do art. 181, § 5º, da CNCR, conforme análise do item 13.1.”.

Da análise dos dados coletados, em complementação às recomendações já formuladas, **conclui-se pela regularidade do juízo correccionado**, sem sugestões adicionais àquelas constantes do relatório de correção virtual.

Do exposto, submeto o relatório da equipe de correição a exame do Conselho de Administração.

Após, encaminhem-se cópias do relatório complementar e da presente decisão aos Magistrados responsáveis pelo órgão correccionado.

Nos termos do artigo 4º, III, da Resolução nº 49/2009 do Conselho da Justiça Federal, encaminhem-se igualmente cópias do relatório e desta decisão ao Corregedor-Geral da Justiça Federal.

Nada mais havendo, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.

Por fim, disponibilize-se o relatório e esta decisão no sítio eletrônico desta Corregedoria.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2021.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO  
Corregedor Regional da Justiça Federal da 2ª Região